

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM PERSPECTIVA DE CLASSE

Ivo Tonet

Introdução

“Educação pública, gratuita e de qualidade”! Esta demanda e as lutas por uma educação com essas condições não são de hoje. Infelizmente, nada nos autoriza a afirmar que, mesmo considerando os limites a que a educação está sujeita nessa sociedade e especialmente em um país periférico, estejamos avançando em direção a essas metas. Pelo contrário, os acontecimentos atuais evidenciam um brutal retrocesso.

Não pretendemos, nesse texto, referir-nos a essas três questões. Trataremos apenas da questão da qualidade. Mas, o que é mesmo uma educação de qualidade? E, antes de mais nada, o que é qualidade?

Qualidade é uma palavra meio mágica. Basta pronunciá-la para que se suponha que todos entendam o que se quer dizer. Não é preciso explicá-la, pois seu sentido parece óbvio e unívoco. Na ampla maioria das vezes, quando se fala em educação de qualidade, tem-se por pressuposto imediato (deixemos de lado, no momento, pressupostos mais profundos) que ela implica: uma política educacional que permitisse boas condições materiais (infraestrutura, instalações, acesso a tecnologias); suficientes recursos financeiros; boa formação docente; boas condições de trabalho para técnicos e docentes; valorização da profissão com salários adequados, horas de trabalho que incluam tempo para estudo e aperfeiçoamento; adequada organização curricular; determinadas pedagogias; formas inovadoras de ensino e avaliação, etc. A boa qualidade da educação, por sua vez, ficaria comprovada pelo sucesso em processos de avaliação de caráter nacional e internacional. Do mesmo modo, países como Finlândia, Suécia, Noruega, Alemanha e outros países capitalistas centrais sempre são citados como exemplos do que seria uma educação de boa qualidade. Na década de 1970, Summerhill e, mais recentemente, a Escola da Ponte também foram muito citadas como exemplos desse tipo de educação. Essa obviedade e essa univocidade, no entanto, estão longe de serem verdadeiras. Essa palavra é enganosamente óbvia. Por isso mesmo, seu sentido deve ser desvelado.

Quando falamos em educação de qualidade, já está pressuposto que estamos nos referindo a educação de boa qualidade. Ora, qualidade boa ou má não é uma determinação inerente a alguma coisa. Toda coisa tem qualidades. Elas, em si, não são boas nem más. Não é preciso dizer que bondade ou maldade não existem no mundo natural, mas apenas no mundo humano. Portanto, se as qualidades são boas ou más só podem estar referenciadas ao mundo humano. E, no interior desse mundo, a determinados objetivos. Se algo é bom ou mau depende da sua adequação a algum objetivo. Vale

observar que estamos nos referindo, aqui, a valores em sentido ontológico e não em sentido moral¹. Nesse sentido, seria mais correto falar em adequação em não em bondade ou maldade. Em sentido ontológico, algo é ou não adequado para atingir determinados fins. Nesse sentido, a educação será de boa qualidade se contribuir adequadamente para atingir os fins pretendidos.

Nossa intenção não é tratar essa questão de maneira geral, mas apenas em relação à sociedade atual. Por isso mesmo, as primeiras perguntas devem ser: quais os fins gerais e essenciais da educação nessa sociedade? Quem estabelece esses fins? Na maioria das vezes, a resposta a essas perguntas é buscada nos textos, sejam eles oficiais (Constituição, leis, etc.) ou elaborados por teóricos. Entendemos que esse não é o caminho correto. A nosso ver, a resposta deve ser buscada, antes de mais nada, no processo real, na estrutura e na dinâmica do processo histórico e social. É de lá que brotam os fins essenciais de todas as dimensões da atividade social. O que os textos, oficiais ou dos teóricos fazem, conscientemente ou não, nada mais é do que dar forma teórica àquilo que está posto na estrutura básica da sociedade. Com isso, não estamos afirmando que essa forma teórica não deve ser levada em conta. Todavia, ela não pode ser tomada como o elemento explicativo fundamental. Ao fazer essa afirmação, não estamos expressando mais nada do que o princípio fundamental do materialismo histórico: a prioridade ontológica da realidade objetiva sobre o mundo das ideias. Na lapidar afirmação de Marx e Engels (2009, 32): “Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência”.

Desse modo, para responder àquelas perguntas é necessário começar por apreender os elementos mais essenciais que demarcam a estrutura da sociedade atual.

1. Qualidade na educação

Pressupondo que o trabalho, como produtor de valores-de-uso, é a categoria fundante do ser social², partimos, para compreender a sociedade atual, da constatação de que o ato que funda a sociedade capitalista é o trabalho assalariado proletário. É este trabalho que, ao transformar a natureza, produz os bens materiais necessários à existência da sociedade, a mais-valia e o capital. Isto nos dá a estrutura fundamental da sociedade capitalista: a forma como é produzida a riqueza material e a divisão entre os que são proprietários dos meios de produção e os que apenas possuem a sua força de trabalho e com ela produzem a riqueza material da qual vive toda a sociedade.

¹ Ontológico se refere à coisa em si, como ela é na sua natureza própria. Moral se refere a algo que é bom ou mau.

² Sobre isso, ver o cap. O Trabalho, da Ontologia do Ser Social, de G. Lukács.

Partimos, também, do pressuposto de que existem classes sociais e de que elas são o sujeito fundamental do processo histórico. São elas, portanto, que estabelecem, em última instância, embora por inúmeras mediações, os fins essenciais das diversas dimensões da atividade humana – arte, ciência, filosofia, religião, política, Direito, educação, etc. Nada disso é, obviamente, intencional, mas uma decorrência do lugar que as classes sociais ocupam no processo de produção da base material da sociedade.

Na sociedade em que vivemos – capitalista – as duas classes fundamentais são a burguesia e o proletariado. A primeira, composta por aqueles que detêm os meios de produção e a maior parte da riqueza e a segunda, por aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho e com ela produzem a riqueza material. Não é preciso dizer que as classes que dominam economicamente também dominam política e ideologicamente.

Entre a burguesia e o proletariado existe um antagonismo radical, pois o interesse essencial, independente da consciência e da vontade, de cada uma dessas classes, é absolutamente oposto: uma precisa explorar, a outra, eliminar a exploração. A burguesia, por um lado, não poderia continuar a ser burguesia e usufruir de tudo o que isso significa sem a exploração dos trabalhadores. O proletariado, e os outros trabalhadores, por outro lado, não podem ter acesso à riqueza que lhes permita se tornarem plenamente membros do gênero humano se não eliminarem, pela raiz e por completo, toda forma de exploração de um ser humano pelo outro³.

Qual, então, o objetivo mais fundamental que nasce da natureza da burguesia? Obviamente, enriquecer, manter a propriedade privada, pois só assim continuará a gozar da sua boa vida. Para isso, todas as dimensões da atividade social deverão, cada uma a seu modo, estar subordinadas a esse fim. Que essa subordinação não possa ser absoluta é uma decorrência da própria existência de classes sociais antagônicas e da luta de classes.

Qual o objetivo mais essencial do proletariado? Deixar de ser explorado; suprimir, pela raiz (forma do trabalho), todo o processo de exploração; eliminar a propriedade privada, que faz com que aqueles que verdadeiramente produzem a riqueza se vejam privados dela e construir uma sociedade onde todos tenham a possibilidade de ter acesso a ela. Enfim, ao proletariado e aos outros trabalhadores interessa, essencialmente, a emancipação humana.

Como se pode ver, os objetivos essenciais das duas classes fundamentais dessa sociedade são absolutamente incompatíveis entre si. É, pois, em relação a eles que se define o que é uma educação de boa qualidade. É preciso, então, perguntar: qualidade para que e para quem? Não fazer

³ Sobre isso, ver: *Manuscritos econômico-filosóficos*, de K. Marx e *A individualidade para-si*, de N. Duarte.

essas perguntas é pressupor, consciente ou inconscientemente, que a atual sociedade é uma autêntica comunidade, isto é, que os interesses fundamentais são comuns, que os fins essenciais atendem por igual à totalidade da sociedade e que, portanto, todas as dimensões da atividade humana devem estar voltadas para a efetivação desses fins. Do mesmo modo, é pressupor que não existem classes sociais, mas apenas indivíduos que se agrupam das mais diversas formas, que não há lutas de classes e que não há interesses e objetivos opostos. A nosso ver, todos esses pressupostos são inteiramente falsos. Infelizmente, milhares de educadores realizam as suas atividades educativas sem questionar esses pressupostos, admitindo-os, na maioria das vezes, inconscientemente, como algo natural. É ocioso observar que essa forma de pensar é exatamente resultado de uma formação que atende os interesses das classes dominantes e não de toda a sociedade por igual⁴.

Como todas as outras dimensões da atividade humana, também a educação deverá se adequar, predominantemente, da sua maneira específica e com todas as mediações, ao fim determinado pela natureza da burguesia. Ela deverá ser, e é, configurada para atender os interesses dessa classe. Não é difícil de entender que, sendo a burguesia a classe dominante – econômica, política e ideologicamente – é também ela que exerce o papel dominante nesse processo.

Já asseveravam, Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2009, 67)

As ideias das classes dominantes são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual.

Devemos, então, perguntar: quais os fins essenciais da educação para a burguesia? Em resumo, formar para o trabalho e educar para a cidadania/democracia. E, em menor escala, formar para a direção da sociedade. Importante observar: formar para o trabalho significa, aqui, essencialmente, preparar uma mercadoria para ser vendida no mercado e, com isso, ser explorada. Educar para a cidadania/democracia significa preparar ideologicamente as pessoas para que aceitem viver nessa sociedade – com determinados direitos e deveres – acreditando ser a melhor possível e onde existiriam oportunidades para todos, dependendo apenas do seu esforço pessoal. Além disso, também ter participação política, contribuindo para o aperfeiçoamento da sociedade. Como a desigualdade social é considerada algo natural, o exercício da cidadania e da democracia não têm como objetivo superá-la, mas apenas minimizar os seus efeitos mais perversos e, assim, permitir um

⁴ A esse respeito, ver: Educação e idealismo, de nossa autoria.

constante aperfeiçoamento. É importante observar que democracia e cidadania são sempre realidades concretas que dependem do lugar e do momento históricos. Desse modo, não são algo que interessa sempre do mesmo modo à burguesia, ou seja, não são valores que devam sempre ser preservados, defendidos e aperfeiçoados. Em momentos de maior estabilidade, quando a reprodução dos seus interesses é mais tranquila, há um apreço maior por essas categorias. Em momentos de crise aguda, a ditadura se torna o instrumento mais adequado. Além do mais, como a crise do capital se torna cada vez mais intensa, o recurso à violência também se faz sempre mais presente e, com isso, a democracia e a cidadania são sempre mais restringidas⁵.

Desse modo, a qualidade da educação será medida de acordo com a sua adequação, em cada lugar e momentos específicos, ao atingimento desses objetivos. Basta ler as diretrizes atuais dos organismos internacionais – FMI, Banco Mundial, etc –, mas também os documentos normativos da educação brasileira, para se dar conta desse fato. Para além de todo o discurso pretensamente humanista, o verdadeiro objetivo é adequar a educação à reprodução do capital em crise e em transformações intensas.

Já vimos, todavia, que a sociedade burguesa é contraditória e que seu opositor radical, o proletariado, tem fins inteiramente opostos. Daí porque o domínio da burguesia, embora predominante, não pode ser absoluto.

Qual o fim essencial da educação que brota da natureza do proletariado? Por um lado apropriar-se dos conhecimentos científicos, técnicos e culturais que foram criados pela humanidade ao longo do processo histórico. Por outro lado, apropriar-se de uma concepção de mundo baseada no materialismo histórico, do método científico-filosófico e da teoria que lhes permitam fundamentar o seu objetivo de transformar radicalmente o mundo e construir uma sociedade onde todos, realmente todos, possam ter uma vida digna.

Ora, a concepção de mundo, os fundamentos científico-filosóficos e a teoria que mais contribuiram para esse tipo de conhecimento da realidade foram aqueles formulados por Marx⁶. Não são dogmas, nem receituários e nem um manual. São instrumentos para compreender a realidade, que é sempre dinâmica, histórica e social, e para orientar as lutas pela sua transformação radical. Desnecessário alertar que essa apropriação é extremamente dificultada pela forma escolar da educação. Afinal, o sistema escolar, por sua forma e por seus conteúdos, é um dos mais poderosos

⁵ A esse respeito, ver: *O fim da democracia burguesa*. In: ivotonet.xp3.biz

⁶ A esse respeito, ver: *A ideologia alemã*, de K. Marx e F. Engels e *Método científico – uma abordagem ontológica*, de nossa autoria.

instrumentos não de libertação, mas de alienação e, portanto, de reprodução dos interesses das classes dominantes.

Desse modo, uma educação, hoje, de boa qualidade, do ponto de vista dos interesses do proletariado, e também dos outros trabalhadores, não pode levar em conta apenas os aspectos técnicos, científicos, de condições materiais, de formação de professores, de salários e condições de trabalho e de políticas educacionais. Tudo isso é certamente necessário, mas não suficiente. Em si mesma, uma educação com todos aqueles requisitos pode perfeitamente formar para a reprodução da sociedade burguesa. O exemplo da educação nos países mais desenvolvidos ilustra isso muito bem. Para além desses requisitos, é de fundamental importância levar em conta a conexão com os interesses essenciais dos trabalhadores. E isto vale tanto para o conhecimento acerca da natureza como para aquele a respeito da sociedade, com as óbvias e devidas diferenças. Apenas para exemplificar: certamente, não há uma física burguesa e outra proletária. Porém, faz toda a diferença se um físico desenvolve o seu trabalho articulado com uma perspectiva conservadora ou revolucionária. Todavia, a concretude do processo educativo e o domínio que a burguesia exerce sobre ele deixam claro que é impossível uma educação, como forma predominante, nessa sociedade, norteadas pelos interesses dos trabalhadores. Os espaços possíveis para a realização de atividades que contribuam para a emancipação humana são extremamente limitados e, dada a intensificação cada vez maior da crise do capital, cada vez mais restringidos⁷.

Não há dúvida de que há enormes diferenças, em termos de qualidade da educação, mesmo no interior do sistema capitalista. Todas compreensíveis à luz do processo histórico e não como simples expressão de uma administração mais lúcida e adequada. Não obstante todas as diferenças, a sua qualidade é sempre medida, em última instância, em relação à sua adequação, maior ou menor, à reprodução do próprio sistema. E este, como vimos, não inclui, NUNCA, a superação da desigualdade social. Pelo contrário, implica o seu constante agravamento. Apenas para exemplificar: com todas as diferenças entre a educação na Finlândia e no Brasil, em ambos os países, os fins essenciais permanecem exatamente os mesmos: formar para o trabalho e para a cidadania/democracia.

Desse modo, a avaliação da qualidade da educação nem pode tomar como parâmetros os países mais desenvolvidos, nem tentar descobrir ou inventar novas formas. A educação, nessa sociedade, não importa a sua forma concreta, sempre será predominantemente conservadora. Trata-se, pois, para quem está preocupado com a emancipação humana, de avaliar a qualidade da educação de um ponto de vista dos interesses maiores dos trabalhadores. E essa avaliação deve ser guiada por

⁷ Para ampliar a compreensão dessa problemática, sugerimos a leitura de: *Educação para além do capital*, de I. Mézáros e *O Grande ausente e os problemas da educação e Atividades educativas e emancipadoras*, de nossa autoria.

três critérios: 1) Em que medida ela permite compreender efetivamente a realidade do modo mais integral e aprofundado hoje possível. 2) Em que medida ela permite uma apropriação ampla e efetiva do patrimônio técnico, científico e cultural que está hoje à disposição da humanidade. 3) Em que medida ela contribui para a transformação radical do mundo e para a construção de uma sociedade humanamente emancipada. Sem deixar de lutar por melhorias no âmbito das políticas educacionais, de recursos financeiros e materiais e técnicos, de qualificação dos professores, de condições de trabalho e melhorias salariais, é preciso ter claro que tudo isto deve estar articulado com a causa maior da superação integral do sistema capitalista e da construção de uma sociedade comunista. Ignorar essas questões é candidatar-se, independente da intenção, a contribuir para reproduzir não apenas uma sociedade socialmente desigual, mas cada vez mais desigual.

Referências Bibliográficas

DUARTE, N. *A individualidade para-si*. São Paulo, Autores Associados, 1993

LUKÁCS, G. *Para a Ontologia do Ser Social*. São Paulo, Coletivo Veredas, v. 14, 2018

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Expressão Popular, 2015

MARX, K. e ANGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009

MÉSZÁROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2005

TONET, I. O fim da democracia burguesa. In: ivotonet.xp3.biz

_____, Atividades educativas emancipadoras. *Práxis Educativa*. V. 09, n. 01/2014

_____, Educação e idealismo. In: ivotonet.xp3.biz

_____, O grande ausente e os problemas da educação. In: ivotonet.xp3.biz

_____, *Método científico – uma abordagem ontológica*. São Paulo, Coletivo Veredas,

2018

Maceió, dezembro de 2018

Resumo: Educação de qualidade, o que é isso? Obviamente, uma educação boa. Sempre repetida sem maiores explicações, essa afirmação parece ter um sentido óbvio e unívoco. Não conviria, no entanto, perguntar: o que é qualidade? Qualidade para que e para quem? Em uma sociedade marcada pela existência de classes sociais, com objetivos essenciais absolutamente incompatíveis, essas perguntas deveriam ser obrigatoriamente feitas. Na maior parte das vezes, não o são. Mas, é o que pretendemos fazer nesse texto, ao refletir sobre o que é uma educação de qualidade.

Palavras-chave: educação, qualidade, classes sociais